

Alunos com transtorno do espectro do autismo em tempos de pandemia: caracterização de aspectos científicos e legais

Students with autism spectrum disorder in pandemic times: characterization of scientific and legal aspects

DOI: 10.34117/bjdv8n5-205

Recebimento dos originais: 21/03/2022

Aceitação para publicação: 29/04/2022

Luana Nicrite dos Santos Scioli

Pedagoga

Instituição: Rhema Educação

Endereço: Rua Ernesta Menoia Borguete, 195, Jardim Planalto, Marília, SP

E-mail. luana.nicrite@unesp.br

Simone Gomes Ghedini

Doutorado

Instituição de atuação atual: Unesp

Endereço: Av. Hygino Muzzi Filho, 737, Mirante, Marília, São Paulo, CEP: 17525-900

E-mail. simone.ghedini@unesp.br

RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar o desenvolvimento cognitivo e social de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) durante as aulas remotas no período de pandemia de COVID-19, visando compreender quais foram as consequências desse período na vida desses alunos e quais foram as estratégias utilizadas pela equipe escolar e pelas famílias para o bom andamento da aprendizagem dessas crianças. Considerando a importância da constância na rotina das crianças com TEA, buscamos analisar como sucedeu a aprendizagem e o desenvolvimento, principalmente social para esses alunos durante o período pandêmico. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica enfocando as características do TEA, a legislação específica referente ao TEA e conteúdo de *sites* e *lives* produzidas nos últimos dois anos de pandemia. Após análise do material coletado, buscou-se identificar como as crianças com TEA foram afetadas pela pandemia do ponto de vista escolar e de aprendizagem, incluindo a percepção dos pais nessa situação, considerando que eles também foram afetados pela pandemia. Foi possível constatar os malefícios nesse período, não apenas na aprendizagem, mas também no contexto social dos alunos com TEA, suas dificuldades foram acentuadas durante o tempo de pandemia e o retorno das aulas tem sido um alívio para a família e a equipe escolar, embora muitos alunos com TEA estejam apresentando dificuldades de adequação à antiga rotina.

Palavras-chave: educação, educação especial, tea, pandemia, aprendizagem, desenvolvimento.

ABSTRACT

The present work aimed to analyze the cognitive and social development of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) during remote classes during the COVID-19 pandemic, aiming to understand what were the consequences of this period in the lives of these students and what were the strategies used by school staff and families for the good

progress of these children's learning. Considering the importance of constancy in the routine of children with ASD, we seek to analyze how learning and development, especially social, happened for these students during the pandemic period. A bibliographic research was carried out focusing on the characteristics of ASD, the specific legislation regarding ASD and content of websites and lives produced in the last two years of the pandemic. After analyzing the material collected, we sought to identify how children with ASD were affected by the pandemic from a school and learning point of view, including the perception of parents in this situation, considering that they were also affected by the pandemic. It was possible to verify the harm in this period, not only in learning, but also in the social context of students with ASD, their difficulties were accentuated during the time of pandemic and the return of classes has been a relief for the family and the school team, although many students with ASD are having difficulties in adapting to the old routine.

Keywords: education, special education, asd, pandemic, learning, development.

1 INTRODUÇÃO

É importante compreender quem são os alunos que fazem parte do que é chamado na legislação de público-alvo da educação especial, sendo eles os alunos com deficiência intelectual, deficiência física, deficiência visual, deficiência auditiva, os alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e os que tem altas habilidades/superdotação.

O olhar para os alunos que apresentam alguma necessidade educacional especial, tais como as deficiências e o TEA, não é uma tarefa fácil. Por muitas vezes além da ignorância, é possível perceber a recusa na atuação de parte dos professores em enxergar esses alunos, sejam eles os que tem dificuldades de aprendizagem, aqueles que não acompanham a turma, bem como, aqueles que fazem parte do público-alvo da educação especial. Esse problema foi recorrente no cotidiano das salas de aulas regulares de ensino. E o que pensar do olhar desses professores para essas crianças durante a pandemia? E, se realmente houve esse olhar, quais foram as estratégias utilizadas para que esses alunos aprendessem?

A verdade é que esse olhar pode se basear muito nos valores éticos e sociais de cada instituição. Alguns lugares se preocupam muito com esse público e criam uma estrutura por meio do desenho universal e uma visão baseada em incluir essas pessoas, compreendê-las e atender ao máximo suas necessidades educacionais especiais.

A forma como se “vê” o indivíduo com deficiência é modificada de acordo com os valores sociais, morais, filosóficos, éticos e religiosos adotados pelas diferentes culturas em diferentes momentos históricos. Desta forma, o preconceito relacionado à deficiência embora muitas vezes apareça com outra

configuração, ainda ocorre nos tempos atuais... (PACHECO; ALVES, 2007, p. 243).

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica a respeito de como foi a educação na pandemia para alunos com TEA, considerando como foram suas vivências e como ocorreu o desenvolvimento da aprendizagem no período da pandemia do COVID-19, bem como compreender quais foram as consequências no contexto que os cerca.

A pandemia assustou a todos de forma drástica, considerando o número de mortes e as alterações nas rotinas das pessoas, bem como nos levou a sair do comodismo em vários aspectos, principalmente na área educacional. Os professores e gestores se viram, em um primeiro momento, sem saber o que fazer; as famílias, por sua vez, também se depararam com uma nova realidade educacional, na qual muitas vezes, tiveram que assumir o papel dos professores em casa.

Distintos setores foram atingidos, incluindo as escolas que para os seus estudantes é vista como um importante espaço de socialização e intercâmbio entre seus pares. O contexto aqui apresentado torna-se preocupante, pois mais uma vez, o processo que deveria ser prazeroso e rico, torna-se estressante, desgastante e frustrante para os sujeitos do processo de ensinar e aprender, incluindo nessa situação singular, os seus pais (ALVES, 2020, p. 360).

Depois de muitas lutas pelos direitos daqueles que sempre foram excluídos das oportunidades educacionais, a legislação passa então a garantir o direito à educação para essas crianças, a permanência desses alunos nas escolas e a formação adequada dos professores que atuam com o público-alvo da educação especial.

Hoje as escolas, sejam elas públicas ou privadas, precisam matricular os alunos considerados público-alvo da educação especial, com deficiências e com TEA, de forma a garantir a oferta do atendimento educacional especializado para essas crianças (BRASIL, 2008).

Para um melhor desenvolvimento de aprendizagem dessas crianças, segundo a Lei n. 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), os alunos com necessidades educacionais especiais, devem receber atendimento educacional especializado, preferencialmente nas redes regulares de ensino.

Mais preocupante foram os casos de alunos que fazem parte do público-alvo da educação especial, alunos que, em tempos “normais”, em muitas instituições de ensino são vistos como um peso e mal permanecem dentro da sala de aula, dependendo do grau

de suas dificuldades e especificidades. Em tempos pandêmicos, como enfrentamos atualmente, uma parcela considerável dos profissionais da educação tem apresentado dificuldades para atender as necessidades dessas crianças.

Com esta perspectiva, esse trabalho teve como objetivo caracterizar estudos sobre o desenvolvimento cognitivo e social de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo durante as aulas remotas no período de pandemia do COVID-19, por meio de bibliografias, visando compreender quais foram as consequências desse período na vida desses alunos e quais foram as estratégias utilizadas pela equipe escolar e pelas famílias para o bom andamento da aprendizagem dessas crianças. Considerando a importância da constância na rotina das crianças com TEA, buscamos analisar se realmente houve sucesso na aprendizagem e no desenvolvimento, principalmente social para esses alunos durante o período pandêmico. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica enfocando as características do TEA, uma pesquisa documental incluindo a legislação específica referente ao TEA, além de artigos científicos e conteúdo de *sites* e *lives* produzidas nos últimos dois anos de pandemia.

2 PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Compreender que as diferenças fazem parte do nosso cotidiano e de todos os lugares que frequentamos é algo extremamente necessário, sejam diferenças de pensamento, físicas, emocionais ou intelectuais. O grande problema que perpassa anos da história e que ainda deve ser enfrentado atualmente em nosso cotidiano é que existem, na sociedade, padrões estabelecidos que acabam excluindo pessoas consideradas diferentes, em razão de alguma deficiência cognitiva ou física.

Um dos lugares em que essas diferenças aparecem de forma muito mais acentuada é a escola. É nela que encontramos jeitos e aparências distintas, crianças e adolescentes que se desenvolvem e aprendem diferentemente uns dos outros, seja cognitivamente, socialmente ou em qualquer outro aspecto.

Durante anos, crianças que tinham algum comportamento fora dos padrões, eram colocadas de lado, em escolas feitas somente para elas; adultos que tinham alguma deficiência física ou até mesmo um comportamento distinto, não desfrutavam dos mesmos direitos que o restante da sociedade. Foi por esse motivo que muitas pessoas abraçaram a causa e lutaram para que os direitos fossem iguais, para que assim essas pessoas fossem vistas e que houvesse acessibilidade. Conforme Mendes (2006)

“...médicos e pedagogos que, desafiando os conceitos vigentes na época, acreditaram nas possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Centrados no aspecto pedagógico, numa sociedade em que a educação formal era direito de poucos, esses precursores desenvolveram seus trabalhos em bases tutoriais, sendo eles próprios professores de seus pupilos” (MENDES, 2006, p.387).

A grande questão é que, mesmo atualmente, com todos os avanços que temos, toda tecnologia e todos os estudos, poderíamos estar muito mais adiante quando o assunto é ensinar pessoas que fazem parte do público-alvo da educação especial. Poderíamos estar fazendo muito mais do que estamos fazendo.

Entretanto, essa luta ainda não acabou, há uma vasta batalha que continua sendo travada e tudo aquilo que foi conquistado nos últimos anos tem sua relevância e grande significado para os desafios que são impostos. Entre leis e direitos, um dos grandes passos que obtivemos foi que esses alunos estivessem matriculados em uma sala regular de ensino, sendo oferecidos os mesmos conteúdos que aos demais alunos e que pudessem ter acesso a tudo o que é favorável para seu desenvolvimento.

Um dos documentos mais importantes para esses avanços foi a Declaração de Salamanca, documento feito no ano de 1994 em uma conferência de educação especial na cidade de Salamanca na Espanha. Essa declaração tinha como objetivo nortear as diretrizes básicas para que houvesse mudança e inclusão nas escolas regulares de ensino e preparação dos profissionais atuantes nessas escolas para que essa inclusão ocorresse com excelência. Outro fato relevante foi a definição de quem são aqueles que fazem parte do público-alvo da educação especial, ou seja, aqueles com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, conforme indicado na Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), esses estudantes devem estar presentes hoje em todas as modalidades de ensino.

O transtorno do espectro do autismo, há pouco tempo denominado transtorno global do desenvolvimento, é um dos mais presentes nas salas de aula e será abordado especificamente no próximo tópico.

3 TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM – 5), o Transtorno do Espectro do Autismo se caracteriza por uma díade de déficits

qualitativos, na área da comunicação e interação social, padrões repetitivos e restritos de comportamento (APA, 2014).

Segundo Norte (2017), a prevalência do autismo durante os anos, e através de estudos trazidos no referido trabalho, o diagnóstico é mais presente em meninos do que em meninas; no Brasil a porcentagem é de 0,3% de crianças entre 7 aos 12 anos a respeito da prevalência do autismo.

Os estudos que trazem a relação de prevalência do autismo, geralmente apresentam números distintos entre si. Nesse sentido, o estudo de Isaías (2019) evidencia a prevalência do autismo nas diferentes regiões do mundo, incluindo resultados numéricos relativos à vasta quantidade de sintomas distintos que podem ser associados ao TEA.

Em 2018, Kogan publicou um estudo trazendo a prevalência do autismo nos EUA, apresentando que, cerca de 1,5 milhões de crianças entre 3 e 17 anos sofram de TEA, ou seja 2,5%. Já um estudo feito por Guifeng *et al.* (2019), evidenciou uma progressão nessas taxas e afirmou que, em 2014, o número de prevalência era de 2,24%, em 2015 era de 2,41% e em 2016 era de 2,76%.

Na região do sul da Ásia, mas especificamente a Índia e Bangladesh no ano de 2018, o número de prevalência era estimado em 0,23% (Índia) e 0,075% (Bangladesh), números extremamente menores que nas demais regiões (ÍSAIAS, 2019).

Esse aumento do número de casos pode ser explicado, não pelo fato de haver mais autistas, mas sim porque as famílias têm identificado as características relativas ao TEA e, ao procurar ajuda médica, conseguem o laudo da criança. Outra via que tem apresentado efeito positivo é a comunicação rápida entre a escola e a família sobre alguns aspectos do comportamento das crianças, alertando os pais sobre possíveis transtornos e orientando a busca por profissionais específicos.

Sem saber especificamente a etiologia e a cura para o TEA, pesquisas em todo o mundo concentram esforços para estimar a prevalência do transtorno. Sabe-se que houve um aumento significativo nas últimas três décadas (WEINTRAUB, 2011).

Em geral, acredita-se que a prevalência esteja por volta de 1% da população mundial (ELSABBAGH *et al.*, 2012), apesar de estudos apontarem para índices maiores que 2,6%.

Porém, um dos fatores que acarretou um aumento extremamente significativo dos laudos do TEA, foram as novas visões de especialistas, visões essas que relatam características que antes eram vistas até mesmo como retardo mental. Rios (2015)

evidencia o aumento dos casos de autismo como uma possível “epidemia”. Na verdade, não foi essa epidemia que fez com que as pessoas vissem o autismo, mas sim a visibilidade que o autismo possui hoje. As redes sociais e as demasiadas formas de mídia fizeram essa epidemia e, grande parte das famílias conheceram as características do TEA, por meio dessas ferramentas e identificam essas mesmas características em seus filhos levando à busca por ajuda médica. Segundo Rios *et al.* (2015), “embora o autismo não seja uma doença contagiosa, fala-se de uma “epidemia de autismo”, em alusão ao aumento vertiginoso do número de casos num período curto de tempo”.

Em um estudo de caso, Maia *et al.* (2018) apresentaram uma análise de como é a situação dos casais que geram filhos autistas, qual a média de suas idades, sua classe social, raça, bem como outros fatores que interferem muito durante a gestação e o desenvolvimento embrionário do feto.

Os resultados mostraram semelhança entre os grupos no que se referiu à média de idade, à faixa etária e à classe social. Verificou-se, ainda, que crianças e adolescentes com o TEA apresentaram maior chance de ter mães com cor da pele branca, genitores que trabalharam com produto tóxico e de ter nascido com peso inferior a 2.500g, quando comparados com o grupo controle. Observou-se, ainda, que crianças e adolescentes com o TEA apresentaram uma chance 4,16 vezes de ser do sexo masculino (MAIA, *et al.*, 2018).

Esse é um transtorno visto em muitas salas de aulas, o qual possui níveis e características diferentes entre seus tipos (leve, moderado ou grave) o autismo tem características muito específicas que, de qualquer forma, alteram algum aspecto, sendo essa alteração cognitiva, comunicacional ou social na criança.

As dificuldades apresentadas no TEA mudam entre um caso e outro, pois nenhum paciente é igual, porém existem algumas semelhanças nas características de um autista, que se perpetuam de formas diferentes, a dificuldade de socialização é uma delas. Em alguns casos há dificuldade na fala e no aprendizado (KLIN, 2006).

Existe uma vasta quantidade de características que uma pessoa com TEA pode ter, algumas delas como andar na pontas dos pés, ser seletivo, sensibilidade nos ouvidos e em outros sentidos como o tato, por exemplo, (por esse motivo o barulho é algo que incomoda muito um autista), pode ser muito sistemático (geralmente quando criança brinca sempre com o mesmo brinquedo e faz movimentos repetidos, como ficar andando em círculos e enfileirando objetos), a maioria das vezes é bem quieto, é extremamente apegado as rotinas (tudo que é novo e foge do habitual, gera estresse e negação) e alguns são agressivos. Essas e outras características fazem parte da vida de um autista e podem se

intensificar conforme o tempo se não forem alinhadas da maneira correta e tratadas até mesmo com profissionais como psiquiatras e neurologistas (KLIN, 2006).

Um grande problema enfrentado pela sociedade hoje é que muitas crianças, adolescentes e até mesmo adultos com TEA ainda não foram diagnosticados. É muito importante ressaltar que, quanto mais cedo for feito o diagnóstico, melhor será o desenvolvimento dessa pessoa, no que diz respeito às suas habilidades sociais, cognitivas e emocionais.

A escola tem um papel muito importante na construção cognitiva e social de uma criança. Assim como a escola, a família tem um papel primordial nesse processo, não apenas a participação, mas também o apoio dela. Um dos papéis da família é buscar cuidados e orientações médicas para as crianças com TEA e algo que pode trazer um grande benefício para que haja o desenvolvimento é a descoberta precoce do diagnóstico, que pode abrir possibilidades para uma melhoria de vida, não apenas escolar, mas da vida como um todo, por meio de técnicas e tratamentos.

Quanto mais cedo iniciar a Intervenção Precoce (IP) no TEA, maiores serão as possibilidades da criança se desenvolver, sendo necessário que esse apoio coloque o enfoque no desenvolvimento, no contexto e se sustente nas práticas centradas na família (CARDOSO; FRANÇOSO, 2015).

De fato, a busca da escola e da família deve ser não apenas uma aprendizagem significativa, mas principalmente um desenvolvimento como um todo, o desenvolvimento na área social e cognitiva, para que essa criança, adolescente e futuro adulto tenham qualidade de vida em sociedade. Para isso, um dos passos mais importantes é o tratamento multidisciplinar, com profissionais como fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, neurologistas, psiquiatras, nutricionistas, fisioterapeutas, entre outros. O intuito é que esses tratamentos ajudem na dificuldade de socialização, para que essa pessoa possa se integrar na sociedade, alcançando independência e superando suas limitações, bem como agregando bem-estar, cidadania e respeito as suas características (CAMINHA, 2016).

Como exposto, muitos foram os enfrentamentos das pessoas que lutaram pela causa do público-alvo da educação especial e, mais especificamente, pela causa das pessoas com TEA. Tais lutas acarretaram conquistas, principalmente legislativas, aspectos que serão abordados no tópico seguinte.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

O interesse pelo tema surgiu a partir da observação relativa ao comportamento das crianças com TEA no retorno para as aulas, visto que muitas apresentaram irritabilidade e desconforto com as atividades propostas. Dessa forma, foi estruturada uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de analisar esses aspectos do ponto de vista científico, por meio da bibliografia publicada nos anos de 2020 à 2021, a respeito do TEA e a pandemia. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio da Plataforma *Scielo* e do *Google Acadêmico* e as palavras-chave utilizadas na busca foram: pandemia, covid-19, TEA, desenvolvimento e aprendizagem. A partir dos achados nas plataformas, foram selecionados os artigos que compõem o presente trabalho. Também foi feita uma pesquisa documental das legislações referentes à educação especial e aos indivíduos com TEA. Iniciamos a busca pelas informações em agosto de 2021 e assim prosseguimos até a finalização do projeto.

Houve dificuldade na procura de bibliografias que abordassem o tema, as pesquisas começaram a ter respostas positivas em novembro de 2021, isso ocorreu provavelmente por ser um assunto recente e recém pesquisado, mas ainda assim a grande parte dos artigos e materiais encontrados eram relacionados a saúde mental dos pais de crianças Tea na pandemia e os efeitos que surgiram após o período pandêmico, os artigos encontrados quase em sua maioria foram escritos visando a parte psíquica e pouco a parte de aprendizagem e desenvolvimento.

Trabalhamos a busca nas pesquisas por meio de palavras chaves que nos auxiliaram no processo, tais como, educação especial, TEA, autismo, pandemia, aprendizagem, desenvolvimento, entre outras.

Passamos a analisar durante o período de construção do artigo alguns eixos temáticos que nortearam nosso trabalho como: as mudanças que ocorreram na rotina das crianças com TEA, os aspectos de enfrentamento da situação pandêmica, a frequência nos serviços especializados, a comunicação com as famílias e o que se sucedeu na vida dessas crianças e das famílias.

5 O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO E A LEGISLAÇÃO

Entre inúmeras exclusões que presenciamos ao decorrer dos anos, em vários contextos, situações e assuntos, pode-se perceber que quando falamos sobre legislação, tudo para ser conquistado e ter uma visibilidade perante a lei, exige luta e persistência e o público-alvo da educação especial se encontra nisso com nitidez.

Diante de um cenário de exclusão velada para/com as pessoas com deficiência fica perceptível que o ingresso desse público em diversos espaços sociais aconteceu em função da legislação e não apenas por estarmos em um estado civilizatório mais evoluído no qual as diferenças fossem vistas como enriquecimento (MOREIRA; DAMASCENO, 2019).

Quando se fala em Educação, a Lei Brasileira, por meio da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) nos garante que é um direito de todos sem exceção e é um dever que os Estados precisam oferecer para a população, e a família tem parte nessa responsabilidade.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Além da Constituição Federal, outras leis garantem não apenas o oferecimento da educação em instituições regulares de ensino, mas também a permanência dessas crianças incluindo todos os recursos necessários para que isso aconteça. A Declaração de Jontiem (1990), garante uma educação para todos e, apesar de outras legislações afirmarem também o acesso à educação para o público-alvo da educação especial (BRASIL, 2008), muitos alunos com TEA ainda não conseguiram vivenciar plenamente seus direitos. A Lei nº 12.764/12 ou Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conhecida também como Lei Berenice Piana (BRASIL, 2012), passou a contemplar de forma concreta os direitos das pessoas com TEA e, mesmo com seus poucos artigos, trouxe um enorme significado para a sociedade.

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. (BRASIL, 2012)

Art. 2º São diretrizes da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I - A intersetorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista;

II - A participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação; (...) (BRASIL, 2012).

Essa lei passou a ser um marco na vida de pessoas com TEA, incluindo a possibilidade não apenas de educação, mas mostrando que essas pessoas, mesmo com o diagnóstico podem sim ocupar o mercado de trabalho e viver uma vida como qualquer um, mesmo com as adaptações necessárias.

Foi em 2020 que houve uma reviravolta e todas as legislações que eram visíveis e precisavam ser vivenciadas cotidianamente, passaram a ter que valer virtualmente também.

6 A PANDEMIA DE COVID 19 E O ENSINO REMOTO

Tivemos muitas doenças no decorrer das eras, mas podemos afirmar que nenhuma atingiu tanto a humanidade quanto o coronavírus e a consequente Covid 19, doença infecciosa que atingiu o mundo todo, com seu nível alto e rápido de contaminação.

Em dezembro de 2019 foi identificado na China, o primeiro caso da doença causada por um vírus respiratório com alto poder de contágio. No Brasil, o primeiro caso foi identificado em fevereiro de 2020, mas, antes mesmo de chegar aqui, já havia contaminado outras áreas do globo.

Inicialmente, acreditava-se tratar de um problema local e só em 11 de março de 2020, quando a contaminação mostrava os seus efeitos na Europa e nas Américas. No Brasil, o primeiro caso foi diagnosticado em 25 de fevereiro. A Organização Mundial da Saúde – OMS declarou que se tratava de uma pandemia e o isolamento social foi indicado como a mais eficiente estratégia para enfrentar o vírus, diminuir o ritmo de sua propagação, salvar vidas. As fronteiras entre os países foram fechadas, as atividades comerciais, espaços de lazer, escolas e universidades foram suspensas. E tudo mudou radicalmente em nossas vidas (COUTO; COUTO; CRUZ, 2020).

Tudo mudou, as lojas e ruas que tinham um enorme número de pessoas que circulavam por elas, simplesmente se tornaram vazias e foram tomadas de silêncio; estabelecimentos se fecharam, muitos pais e mães de família perderam o emprego, jovens trancaram a faculdade e muitas crianças perderam parte de uma infância que poderia ser diferente. Todos nós fomos atingidos e sofremos danos em decorrência disso. A pandemia trouxe muita conscientização, os noticiários nos cercaram de notícias e informações, a maioria delas de grande tristeza e lamentação por milhares e milhares de mortes que foram acarretadas pelo vírus.

Fomos tomados de medo e, acima de tudo, muitas restrições por todos os lados, nos solicitando o uso do álcool em gel, máscaras e que continuássemos em casa, apenas serviços considerados essenciais permaneceram abertos. Por outro lado, muitas pessoas se reinventaram e passaram a ganhar dinheiro por meio da internet.

As escolas foram fechadas e depois de muitos pensamentos acerca do que iria acontecer com a educação dessas crianças e como ficariam seus estudos, surgiram as aulas remotas.

O uso da tecnologia em sala de aula sempre foi considerado um desafio, perguntas como: “De que maneira usar a tecnologia para promover a aprendizagem?” É um questionamento que, por vezes, cercou a prática de professores e gestores, como também perpassou a necessidade de formação docente.

Com o início da Pandemia de COVID-19 no Brasil em 2020 e a necessidade de isolamento social, a única opção educacional foi o uso das tecnologias da informação e comunicação. Para todos os educadores, foi colocado o desafio de ensinar à distância, ainda que sem a formação prévia no uso de recursos tecnológicos para a educação. Aqueles professores que não tinham a mínima ideia de como entrar em uma sala de aula *online*, ou até mesmo ministrar uma aula remotamente, foram forçados a aprender e deixar de lado as antigas práticas de educação, o ensino emergencial foi visto como uma alternativa de manter o período letivo.

Professores se sentiram perdidos e sobrecarregados, houve uma grande irresponsabilidade de muitas famílias e alunos, alguns deixaram o estudo de lado e os professores sem saber o que fazer ou como agir, tiraram forças de onde não tinham, por que a escola e o aprender não podiam parar, ou pelo menos alguém tinha que lutar para que ela não parasse.

Fora das salas de aula, dificuldades para utilizar os programas, internet e equipamentos nada favoráveis para o “*home-office*”, o desespero e a luta docente.

A pandemia afeta a saúde pública de forma agressiva, tirando a vida não apenas dos idosos, considerados inicialmente como o principal grupo de risco, mas crianças, jovens e adultos, também têm sido afetados pela doença. As medidas de isolamento e distanciamento social adotadas por todos os países, por meio do confinamento com regras nem sempre rígidas, para manter a população em casa, tencionam a economia dos países, refletindo na paralisação de distintos serviços e atividades, dentre eles o processo de ensino-aprendizagem (BARBOSA, 2020, p. 350).

Foi um tempo de incertezas e continuou sendo durante todo o desenvolvimento do presente trabalho. O ensino em 2020 se tornou 100% remoto, as provas, trabalhos, aulas, diálogos, tudo aconteceu na modalidade à distância. Houve isolamento social não apenas na área escolar, mas em todas.

As aulas remotas aconteceram durante grande parte do ano de 2020 nas instituições particulares, entretanto, houve demora no sistema público para a retomada dessas aulas remotas. O sistema privado de ensino logo no início da pandemia começou com as aulas *online*, mas os problemas aconteceram em ambos os casos, tais como a falta de computadores, os pais trabalhando em *home office* e tendo que acompanhar as aulas junto com os filhos, o baixo nível de interesse das crianças, pois, por mais que elas sempre estivessem em contato com o mundo virtual por meio de jogos e aplicativos, no caso do ensino remoto, o desinteresse foi marcante. A proposta das aulas remotas também atingiu o público-alvo da educação especial, sobretudo os alunos com TEA, os quais já estavam acostumados com suas rotinas que, mesmo com suas limitações de socialização, estavam inseridos nas salas regulares de ensino.

7 PANDEMIA E O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO

É de conhecimento geral que a pandemia atingiu a todos, desde as pessoas idosas até as mais novas, de forma direta ou até mesmo indireta; atingiu nossas mentes, emoções, nossas concepções de mundo; perdemos milhões de pessoas e ganhamos um milhão de ensinamentos preciosos sobre a valorização da vida.

Nossos dias se tornaram mais longos e grande parte da população teve que parar. Quando voltamos, muitas rotinas haviam sido alteradas, muitas pessoas passaram a trabalhar em casa, as crianças estudavam em casa, foi um período em que era solicitado que saíssem de casa em caso de urgência, apenas para fazer o necessário.

Essas rotinas alteradas, talvez tenham se encaixado como uma comodidade para uns, mas para outros se tornaram um pesadelo, como no caso das pessoas com TEA, principalmente as crianças, que estão em período de desenvolvimento.

A maneira e o tempo que as pessoas com autismo levam para processar as mudanças de rotina e as informações, às vezes, é mais demorada e há necessidade de suporte para seu entendimento. Os desafios que as pessoas com autismo enfrentam são muitos e englobam uma gama de processos como: déficit na comunicação expressiva e/ou receptiva, dificuldade na compreensão do abstrato (ideias), comportamentos agressivos ou de autoflagelação, ocasionados por stress em razão da não compreensão do momento atual vivido, podendo causar situações de ansiedade e depressão (BARBOSA *et al.*, 2020).

Vygotsky (2001) aborda que a interação social tem um papel de suma importância no desenvolvimento de todos os seres humanos, evidenciando que o comportamento do homem é formado, não apenas das condições biológicas, mas também sociais de seu crescimento. Já Piaget (1972) argumenta que o ser humano se influencia através das relações sociais que tem durante sua vida e que seu processo de socialização acontece em vários estágios do ser humano.

Muitos avanços que foram obtidos ao decorrer dos anos com as crianças com TEA, se perderam ao longo desse período pandêmico, houve inúmeros retrocessos, em todas as áreas da vida dessas crianças.

A ausência de políticas que possam garantir a permanência da rotina dos autistas e não culminar nas perdas de habilidades, principalmente, nas crianças em período escolar, parecem não estarem sendo tratadas. Por esse motivo, nos tempos atuais, deve ser tratada com especial atenção. Atividades diferenciadas devem contemplar o dia, pois não é aconselhável, por especialistas, deixar crianças autistas muito tempo sem fazer nada. Pelas circunstâncias, há uma devida atenção pela ausência de políticas públicas que atendam a necessidade dessas famílias (BARBOSA *et al.*, 2020).

O que podemos abordar como importante durante esse período foi o fato de manter essas crianças entretidas e fazer de tudo para sustentar a rotina que antecede a pandemia, assim seria mais fácil a adaptação.

Um estudo realizado por Dainez e Souza (2020) apresenta a vivência de um aluno do 4º ano do Ensino Fundamental I com diagnóstico de TEA, evidenciando como o aluno diferencia o espaço da casa com o espaço escolar:

“Não vou fazer dever nenhum porque aqui não é a escola; não quero fazer o dever porque não vai dar tempo de brincar e vou perder o desenho que está passando na televisão; não quero fazer o dever porque estou muito cansado. (Relato, junho de 2020).

Nos dizeres do aluno, sobressai o modo como ele significa os espaços, da escola e da casa. O aluno nega-se a realizar as atividades escolares porque está em casa e não na escola. A escola é lugar de estudar, de fazer o dever. Para isso é preciso estar disposto. A casa é lugar de brincar, de assistir desenho, de descansar” (DAINEZ; SOUZA, 2020, p. 9).

Os pais se tornaram milhares de personagens ao mesmo tempo, tiveram de ser professores, ser amigos, pais, terapeutas e psicólogos em muitos momentos.

Por conseguinte, é válido ressaltar que grande parte das crianças com TEA demonstram um grau de incômodo em relação às mudanças. Assim sendo, abordaram se algumas famílias, sobre quais eram os desafios vivenciados no início da pandemia, e estes foram: se adequar à nova rotina e não poder sair de

casa evidenciadas pela dificuldade em lidar com a alteração de hábitos do dia a dia (NASCIMENTO *et al.*, 2021).

As famílias sofreram junto nesse período, conforme aponta o trabalho de Medrado (2020), em um estudo desenvolvido na China, sobre como foram alteradas as condições emocionais de famílias que passaram pela pandemia tendo crianças especiais em casa. Entre os pais estudados, estão os pais de crianças com TEA; o estudo apontou que os índices de ansiedade e depressão em mães de crianças com TEA se tornou maior durante a pandemia, isso até mesmo se comparado aos números referentes aos pais e cuidadores de crianças com TEA (MEDRADO *et al.*, 2020, p. 5).

Uma das grandes dificuldades que indivíduos com TEA enfrentaram foi relacionada com a falha na compreensão da própria doença e todas as mudanças acarretadas pela pandemia. Isso trouxe dificuldades nas necessárias adaptações que tivemos que ter, como por exemplo, o uso da máscara, as medidas de distanciamento social e o cumprimento das orientações de higiene para diminuir ao máximo o contágio (MUTLUER; DOENYAS; GENC, 2020). Esses pequenos detalhes acarretam muitas instabilidades e acabaram até mesmo prejudicando a mente de cuidadores e dos pais.

O estudo de Libardi, Romeiro e Talarico (2020) abordou sobre o uso e a permanência da máscara de crianças entre 4 e 10 anos com o diagnóstico de TEA. A obrigatoriedade da máscara se tornou algo que precisava de adaptação por todas as pessoas devido ao alto índice de contágio, mas para os autistas essa obrigatoriedade serviu como uma barreira, pois não estavam habituados ao uso de máscara. Nesse trabalho, foi elaborada, por meio da terapia ABA, uma metodologia específica que é utilizada para maximizar a aprendizagem (NETO, et al, 2013), uma prancha com os passos a serem seguidos sobre o modo como se deveria colocar uma máscara; as instruções estão desde a higienização das mãos para a colocação da máscara até a higienização das mãos após guardá-la. Os resultados desse estudo apontam que houve dois grupos de pacientes, o primeiro foi orientado por meio de atendimento online e presencial e durante essas orientações foram sendo introduzidas informações sobre o uso e a permanência da máscara, além do acompanhamento e orientações pela família durante os demais períodos do dia. Já o segundo grupo foi orientado apenas de forma remota e os resultados não foram tão efetivos como aqueles que tiveram o apoio e ajuda da família (LIBARDI; ROMEIRO; TALARICO, 2020).

Outro fator que dificultou o desenvolvimento das crianças com TEA foi a diminuição da frequência aos atendimentos das diversas especialidades que ocorriam antes da pandemia e que, em muitos casos, tiveram que ser suspensos em virtude do período de isolamento.

Os professores tiveram que se adaptar, sabemos claramente que existem aqueles professores que ficaram de braços cruzados perante essas crianças, pouco se importando com seu desenvolvimento e aprendizagem. Porém, existem aqueles que se dedicaram e foram em busca de novas maneiras de levar o conhecimento que não é apenas um privilégio e sim um direito.

Em um estudo de caso realizado durante a pandemia, Simone, Neto e Carvalho (2021) avaliaram dois professores que relataram que a maior dificuldade que tiveram no início da pandemia com o aluno que estavam trabalhando, foi a busca pela interação com a família utilizando meios de comunicação, tais como o *WhatsApp*. Esta ferramenta foi essencial para que eles informassem aos responsáveis sobre as atividades propostas e recebessem as respostas dos mesmos sobre o desenvolvimento do aluno.

Os professores relataram que, além das aulas remotas que esse aluno tinha acesso, foram entregues apostilas com o conteúdo adaptado. A devolutiva da família era de suma importância nesse período, pois assim os docentes conseguiam planejar quais seriam as próximas atividades e recebiam a resposta do que estava ou não funcionando com esse aluno.

“É importante sinalizar uma dessas adaptações planejadas em conjunto. No segundo semestre de 2020, precisamente no mês de agosto, trabalhou-se na turma do ensino regular comum, em que o aluno está matriculado, textos com rimas, visando a alfabetização de todos os alunos. Nesta atividade, eles deveriam escrever as palavras que rimavam e eram indicadas por meio de imagens. Para que o aluno tivesse acesso ao mesmo conteúdo dos demais alunos de sua turma, as professoras dialogaram e estudaram a melhor maneira de adaptar a atividade à potencialidade do estudante e propuseram o seguinte ajuste: ao invés de escrever as palavras do texto, ele deveria cortar e colar a figuras que rimavam, com o suporte de sua responsável” (SIMONE; NETO; CARVALHO, 2021, p. 4).

Os trabalhos sobre o tema ainda se encontram escassos, levando-se em consideração que tudo é ainda muito recente. A maior parte de informações que aprendemos diariamente sobre como foi o ensino e aprendizagem de autistas na pandemia, se baseia no que ouvimos de relatos e experiências de professores que atuaram nesse período e enfrentaram esse desafio. Porém, buscamos trazer nesse trabalho uma base científica de pesquisas feitas durante esse momento tão difícil.

8 CONCLUSÃO E IMPLICAÇÕES FUTURAS

Diante de tudo que foi apresentado, podemos constatar que houve muitos prejuízos no desenvolvimento de crianças com TEA e que, na maioria dos casos, foram prejuízos que levarão um longo tempo para serem sanados. Um deles foi a falta de comunicação durante o período pandêmico. Mesmo que a comunicação e interação para a criança TEA seja uma de suas áreas de maior dificuldade, é fundamental que haja a possibilidade de restabelecimento das situações de interação e comunicação na vida dessas crianças, para garantia de melhor desenvolvimento.

A falta de comunicação foi muito prejudicial, mesmo que não percebamos isso, sem contar os muitos retrocessos que tivemos na educação e no desenvolvimento dessas crianças. Muitas delas voltaram as crises e se isolaram ainda mais em seu mundo, outras entraram em colapsos depressivos por não aguentarem tamanha mudança repentina.

As dificuldades nas adaptações durante esse período de pandemia para crianças com TEA, foram gritantes. Podemos destacar aqui a dificuldade em se adaptarem ao uso de máscaras, o cumprimento das normas de higiene e o distanciamento social.

Os demais indivíduos que conviveram com pessoas com TEA, em sua maioria, também passaram por dificuldades, principalmente nas questões emocionais, destacando-se as mães, as quais tiveram crises de ansiedade e até mesmo chegaram a quadros depressivos.

Em estudos de casos abordados nesse projeto, pudemos identificar a busca de professores por novas técnicas e meios para alcançar as famílias e as crianças. O contato e a devolutiva das famílias foi fundamental, permitindo perceber como foi difícil para as crianças com TEA compreenderem que precisavam estudar em casa, se sempre foram acostumadas a fazer isso na escola.

Tão importante quanto compreender como foi desgastante para ambas as partes envolvidas nos processos de desenvolvimento de uma criança com TEA na pandemia, é essencial compreender o modo como as enxergamos e termos empatia para entendermos como esse momento foi difícil para elas. Não apenas o momento que já enfrentaram, mas o momento que estão enfrentando hoje. O retorno para a sala de aula e a retomada da comunicação entre seus pares, tem sido difícil para todas as crianças e, ainda mais complexo, quanto se pensa nas crianças com TEA, que passaram tanto tempo sem precisar se comunicar e agora precisam voltar a fazer isso.

Em suma, sabemos que não foram todas as escolas que cumpriram da forma mais adequada a busca pela aprendizagem desse público. O fator principal é o compromisso

da escola, não apenas com a legislação, para que todos os direitos dessas crianças sejam contemplados, mas a humanidade e a empatia de se colocar no lugar das crianças e das famílias que arduamente passaram por essa situação e carregam cicatrizes e marcas profundas desse período.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION - APA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BARBOSA, A. M.; FIGUEIREDO, A.V. ; VIEGAS, M.A.S. ; BATISTA, R.L.N.F. Os impactos da pandemia COVID-19 na vida de pessoas com Transtorno do Espectro Autista. *Revista da SJRJ*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, mar./jun. 2020, p. 91-105
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.
- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. 10. ed. Brasília, DF: Senado, 1998.
- BRASIL, 2008 (a) MEC. Resolução CEB/CNE nº04/99: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/proejaresolucao04_99.pdf> Acesso em : 16 de fevereiro 2022
- BRASIL. LEI nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.
- CAMINHA, V. L. Autismo. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2016.
- CARDOSO, M. F.; FRANÇOZO, M. F. C. Jovens irmãos de autistas: Expectativas, sentimentos e convívio. *Revista Saúde*, Santa Maria, v. 41, n. 2, p. 87-98, 2015.
- COUTO, E.S.; COUTO, E.S.; CRUZ, I.M.P.; Educação na Pandemia da Covid 19. *Interfaces Científicas*, v. 8 n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3> . Acesso em: 17 de janeiro de 2022
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.
- DAINEZ, D.; SOUZA, F. F. Educação Especial e Inclusiva em tempos de pandemia: o lugar de escola e as condições do ensino remoto emergencial. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2016303, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> Acesso em: 13 Dez 2021.
- ELSABBAGH, M. ; DIVAN, G. ; KIM, Y.S ; KAUCHALI, S. ; MARCÍN, C. ; PAULA, C.S. ; YASAMY, M.T. Autism Research : Global Prevalence of Autism and Other Pervasive Developmental Disorders. V.5: p.160–179, 2012
- ISAÍAS, J.M.R, Prevalência e Etiologia de Transtornos do Espectro do Autismo: O que mudou nos últimos cinco anos?. *Ciências da Saúde*. Covilhã, 2019.
- KLIN, A. Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. *Brazilian Journal of Psychiatry*, 2006. Disponível em : <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500002>. Acesso em: 16 Fev 2022.

LIBARDI A. L. P.; ROMEIRO A. C.O. E.; TALARICO M. V. T. S. Uso de máscara na intervenção em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da pandemia (COVID-19). *ReBAC (Revista Brasileira de Análise de Comportamento)*. São Carlos, vol. 16, n.º. 209 2, 2020.

MAIA, F. A.; ALMEIDA, M.T.C; ALVES, M.R; BANDEIRA, L.V.S; NUNES, N.F.; CARDOSO, L.C.G.; SILVEIRA, M.F. Transtorno do espectro do autismo e idade dos genitores: estudo de caso-controle no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 2018.

MARICATO, G. “Pandemia COVID-19.” *Cadernos de campo: revista dos alunos de pós-graduação em antropologia* 29. Supl. (2020): 163–172.

MEDRADO, A. A.; CAMPOS, R.C.; SIQUARA, G.M.; PONDÉ, M.P. Saúde mental e qualidade de vida de pais de pessoas com TEA durante a pandemia COVID-19: uma revisão narrativa, *Rev. Psicol. Divers. Saúde*, Salvador, nov. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rps.v10i3.3545> Acesso em: 30 de janeiro de 2022

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre a inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v.11, n.33, p.387-405, set./dez.2006.

MOREIRA, J. R; DAMASCENO A. R. A educação escolar e a inclusão do estudante com transtorno do espectro autista na legislação brasileira. *Educação no Século XXI - Volume 33 – Inclusão, Especial, Diversidade*, Belo Horizonte, p.31-39, 2019.

MUTLUER, T.; DOENYAS, C.; GENÇ, H. A. (2020). Behavioral Implications of the Covid-19 Process for Autism Spectrum Disorder, and Individuals' Comprehension of and Reactions to the Pandemic Conditions [Implicações Comportamentais do Processo Covid-19 para o Transtorno do Espectro do Autismo, e Compreensão e Reações dos Indivíduos às Condições Pandêmicas]. *Frontiers in Psychiatry*, 11, 561882. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsy.2020.561882> Acesso em: 04 Dez 2021.

NASCIMENTO, R. P.; MENSONÇA, A.F.S.; LIMA, B.L.S.; CRUVINEL, L.I.; SOUSA, T.N.E.; LINHARES, L.M.; MENDES, I.R.; EDUARDO, N.R.; MACHADO, B.S.; ARAÚJO, A.B.M.M.; MACHADO, B.S.; PACHECO, C.G.F.; LINDEMAM, A.C.; BAPTISTA, L.M. A influência da pandemia no comportamento de crianças e

adolescentes autistas. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v.4, n.5, p. 22742-22748, 2021.

NETO, O.P.S; SOUSA, V.H.V; BATISTA, G.B; SANTANA, F.C.B.G; JUNIOR, J.M.B. G-TEA: Uma ferramenta no auxílio da aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista, baseada na metodologia. *Culture Track – Full Papers*, Teresina, p.137-140, 2013.

PACHECO, K. M. B; ALVES, V. L.R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma, *ACTA FISIAT*, São Paulo, p. 242 – 248, 6 de agosto de 2007.

PIAGET, J. *Psicologia e epistemologia: por uma teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

RIOS, C; ORTEGA. F; ZORZANELLI, R; NASCIMENTO, L. F. From invisibility to epidemic: the narrative construction of autism in the Brazilian press. *Interface (Botucatu)*. 2015; 19(53):325-35.

SIMONE, M. S.; NETO A. M. O.; CARVALHO, G. G. Ensino em tempos de pandemia: relatos de experiências docentes aliadas às práticas colaborativas inclusivas. *CONED (IV Congresso nacional em educação)*, p.1-7, 2021.

VYGOTSKY, L. S. *Construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WEINTRAUB, K. *O quebra-cabeça da prevalência: o autismo conta*, 2011.